MEDITAÇÃO BRASILEIRA NO CENTENÁRIO DE FARIAS BRITO

FRANCISCO ELIAS DE TEJADA

1. *Paralelos*

QUANDO há mais de dez anos me achei à figura dolorida e comovedora de Raimundo de Farias Brito, tive a sensação de que entrava, ao aproximar-me com calor de estudo da sua triste simpatia humaníssima, na alma inteira do Brasil. Sua existência foi toda de tentativas filosóficas, tal como a existência nacional brasileira não passou de uma série de tentativas políticas. No filósofo a filosofia surge como aquela cobertura da inquietação resultante da própria insegurança íntima, que no plano mais amplo da vida coletiva se traduz em uma longa cadeia de esforços jamais amadurecidos. Desde o primeiro momento, o paralelo entre o filósofo Raimundo de Farias Brito e o Brasil pareceu-me uma verdade que, apenas percebida, me seduzia com brilhos de evidência de luzes meridianas, tão resplandescentes como o sol que golpeia as segadoras terras secas do seu Ceará nativo.

A medida que fui aprofundando na análise da história brasileira, mais robustos perfis foi ganhando este confronto. O paralelismo decorre da tensão que contrapõe as essências radicais de um ser em face do empenho, encarniadamente tenaz quanto inexoravelmente vão, de acomodar as próprias dimensões corpóreas a trajes forasteiros. A dor que transpassa a alma de Farias Brito, como o desequilíbrio histórico do Brasil que conhecemos, resulta dessa desproporção entre a substância verdadeira e a forma apetecida, entre o que se é e o que se busca, entre a força da realidade e a utopia do sonho, entre o soberbo brio do temperamento e o menosprezo absurdo das próprias qualidades.

Daí o valor simbólico que Raimundo de Farias Brito oferece aos meus olhos de irmão da gente brasileira. Seu dissabor é, em planos paralelos, o dissabor de todos os de sua cas-

ta. Seus passos às apalpadelas filosóficas, o caminhar às apalpadelas políticas dos brasileiros. Seu peregrinar por sistemas alheios, enquanto não chegava a saborear os mananciais filosóficos do Aquinate, o peregrinar de dez gerações pelas fórmulas inadaptáveis do federalismo americano, do parlamentarismo inglês ou do liberalismo à francesa. Na solene seriedade de seu isolamento humilde, sem a brilhante superficialidade cosmopolita de um Rui Barbosa nem o mediocre pedantismo de um Silvio Romero, no meio de seus livros e de suas penas, unguído de dores e de meditações, aparentemente afastado do brilhante cenário da comédia política do primeiro trintênio republicano, Raimundo de Farias Brito, só e sucintamente, é o compêndio humano individual de toda a história do Brasil.

Esta é, para um historiador do pensamento político, a meditação no centenário do filósofo cearense.

2. *A desilusão administrativa.*

O balanço vital de Raimundo de Freitas Brito foi para seu autor o de um assaz amargo fracasso. Todos os seus anelos vieram sucessivamente ao solo, caindo suas ilusões como as secas folhas soltas outonais do poeta. Sonhava e sonhava para que cada sonho se partisse em pedaços ao tropeçar com a dura realidade da vida, que ele apalpava com suas mãos de constante criança, alimentada pelo néctar irreal das falidas esperanças.

Formado em direito à custa de imensos sacrifícios, com pouco mais de vinte anos aspira a servir à justiça como promotor público em Viçosa. Atuando segundo a lei, entra em conflito com o juiz de Viçosa, que protegia descaradamente um culpado, vendo-se obrigado a pedir transferência para a zona de Aquiraz. Com dentes de sabujo iracundo, o sistema político do Ceará pátrio lhe ensinava que a justiça dos promotores idealistas deve ceder diante dos arranjos do caciquismo ditados pelos interesses do compadrio de campanário.

É o desengano da gente brasileira desde meados do século XVII até princípios do século XIX, na dor da injustiça de serem considerados administrativamente mera colônia portuguesa. A partir de 1640 o Brasil decai de província ultramarina a objeto de exploração econômica por parte de Portugal. As proibições comerciais sob os Felípes foram transi-

tórias e justificadas por imperiosas urgências bélicas; tal a de 1605 proibindo comerciar com os holandeses inimigos. Sômente depois de 1640 a política de restrições comerciais transforma-se no parasitismo colonialista de que nos fala Caio Prado Junior em sua *Evolução política do Brasil. Ensaio de interpretação dialética da história brasileira* ⁽¹⁾. Entre a proibição particular de 1605 e a geral de 1661, vedando à colônia tôda sorte de comércio com navios estrangeiros, se situa a transformação da província do Brasil em colônia do Brasil. A carta real de 21 de julho de 1661, reafirmada pela de 27 de fevereiro de 1662, é o início da exploração econômica desapiedada do Brasil por parte de Portugal. Quando em 1648 surge a proibição de que os próprios navios portugueses toquem portos estrangeiros ao procederem do Brasil, Portugal ganhará o privilégio de ser *entrepôt* exclusivo do comércio com a colônia, agora já plenamente merecedora dêste título. E tal foi a exploração portuguesa que a 8 de fevereiro de 1711 se chegou a negar aos moradores do Brasil o direito de viajar diretamente a terras estrangeiras, obrigando-os a passar antes pela metrópole.

A introdução dos monopólios, acrescida da criação de companhias mercantis privilegiadas, desde que D. João IV fundou em 1647 a primeira delas — a Companhia geral do Comércio para o Estado do Brasil — acabou por rematar o imenso negócio que sacrificava os brasileiros a seus irmãos da outra banda do Atlântico. Em 28 de janeiro de 1808 D. João VI, na qualidade de regente, ao decretar a liberdade de comércio decretará de fato a independência brasileira, como bem o viu o mesmo Caio Prado Junior em sua *História econômica do Brasil* ⁽²⁾, por mais que com suas perspectivas materialistas erre ao pretender reduzir a questão ao mero fenômeno econômico.

Porque o que interessa é o cotejo da alma secular brasileira com a dor vital de Raimundo de Freitas Brito, é o amargura do povo do Brasil ao ver-se tratado de tal modo, amargura que se tornará um dos motores da independência em 1822. A dor de Raimundo de Farias Brito diante da injustiça com que é separado da promotoria de Viçosa é semelhante à dor do bahiano Gregório de Matos, quando lamentava a inferior condição de seus patricios com respeito aos da metrô-

(1) São Paulo, Editora Brasiliense, 1947, pág. 61.

(2) São Paulo, Editora Brasiliense, 1949, pág. 135.

pole e, na frase de Pedro Calmón, "acorre a defesa dos naturais do Brasil, estranha a fortuna dos forasteiros, quer equiparação de destinos"⁽³⁾, naqueles versos com que testemunha o primeiro desengano brasileiro diante da administração com que Portugal governa suas colônias:

"Sai um pobrete de Cristo
de Portugal e de Algarve,
cheio de drogas alheias
para daí tirar gages.
O tal foi sota tendeiro
de um cristão novo em tal parte,
que por aquêles serviços
o despachou a embarcar-se.
Fêz-lhe uma carregação
entre amigos e compadres,
e ei-lo comissário régio
de linhas, lonas, beirames.
Entra pela barra dentro,
dá fundo, e logo a entonar-se
começa à bordo da nau
co'um vestidinho flamante".

Desengano administrativo por desengano administrativo, ambos implicam, no homem Farias Brito e no povo brasileiro, o amargo dissabor da injustiça. São pedaços de ilusão abandonados num abandono que arrasta pedaços da alma viva. A trabalhosa formação do espírito nacional brasileiro acompanha-se da trabalhosa forja do homem Farias Brito. Ambos, o homem e seu povo, estão cinzelados a golpe de martelo das desilusões, a começar pela quebra da justiça na ordem da convivência humana.

3. *A desilusão política.*

Ficaram, entretanto, para além dos ideais sociais, cheios de vigor loução, os ideais políticos. Afinal a máquina administrativa é serva da arquitetura do governo e na política parece viável emendar os desaforos da injustiça na máquina da administração.

(3) PEDRO CALMON, *História da literatura bahiana*, José Magalhães, 1949, pág. 32.

Veio-lhe às mãos uma oportunidade. O presidente do Estado do Ceará, Caio da Silva Prado, conheceu, visitando Aquiraz o promotor Farias Brito, deixou-se prender por seus talentos ao ouví-lo num discurso de boas vindas e o levou como secretário. Era o veneno da política, aumentado com a ilusão de reformar através dela a administração que o havia desiludido. Nem o falecimento de Caio Prado, dentro de breves dias, o fará resistir à solicitação. Apresenta-se deputado na lista do conselheiro Rodrigues Junior nas eleições de 1890, com o resultado de um novo fracasso. Mas a tenacidade cearense não se rende. Quando, a 28 de abril de 1891, o general José Clarindo de Queiroz assume o governo do Ceará, Raimundo de Farias Brito será seu secretário.

O desengano chegou quando o futuro filósofo veio a aprender que no Brasil a política era jogo ligado a fortunas pessoais, sem que de nada valesse o apóio da opinião nem o domínio das câmaras estaduais. Vinte e dois votos contra um apoiavam Clarindo na do Ceará, mas sua fôrça não estava nas urnas e sim em ser criatura de Deodoro da Fonseca. Substituído este por Floriano no Rio de Janeiro, a queda de Clarindo era forçosa; e assim caiu a 17 de fevereiro de 1892 depois de um combate que ensanguentou com cadáveres as ruas de Fortaleza. Seu sucessor, o tenente coronel José Freire Bezerril Fontenelle, não tinha outro apoio senão o do chamado Marechal de Ferro. Porém era o bastante para derrubar o seu antecessor, não contando nada nem o congresso estadual nem a opinião pública. Na madrugada lúgubre daquele dia, o aprendiz de político ficava compreendendo que as injustiças na administração não podiam ser corrigidas com influências políticas: os ideais políticos eram uma utopia ilusória perante a realidade do Brasil, a da fôrça dos generais que no Rio amparavam suas clientelas locais partidárias.

Semelhante desilusão política é a de D. Pedro II na história brasileira: a desilusão na política como instrumento do que no século XIX se qualificava pomposamente renovação da vida coletiva, à base de importar fórmulas estrangeiras; aquilo que quase com brutalidade Oliveira Vianna definiu, em seus *Problemas de politica objetiva*, como o choque da teorização alheia contra o complexo indigena "do sangue de tatu" (4).

(4) São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1947, pág. 56.

O Brasil independente teve pressa, não já para se separar politicamente de Portugal, o que era mais do que justo, mas em romper com a tradição política portuguesa. O conhecido radicalismo ibérico, apaixonado por extremos, transforma a história brasileira sob o Império na vontade constante de renegar o legado português, mesmo debaixo do cetro imperial de uns Bragança.

João Camillo de Oliveira Torres demonstrou em sua *A democracia coroada (Teoria política do Império do Brasil)* como os pais espirituais da pátria que nascia não foram os clássicos políticos do Portugal materno, mas o francês Benjamin Constant e o napolitano Gaetano Filangieri⁽⁵⁾, expoente de um Nápoles afrancesado pelo nefasto tonto que foi Carlos III, um Filangieri porta-voz de ideários europeus em nada ligado com a Tradição das Espanhas. Com tais ideólogos, a vida política do Brasil no século XIX foi aquela miragem divorciada da vida que às vezes assombra ao revestir caracteres de loucura.

D. Pedro II era um monarca liberal, o mais perfeito liberal do século. Houvera sido rei ideal para a Inglaterra coetânea e até ótimo presidente nos Estados Unidos, naturalmente depois de Lincoln, pois antes o seu ingênuo idealismo bonacheirão e aburguesado não teria resistido aos embates das pugnas sulistas para manter em vigência os estatutos da escravidão. Foi, porém, um imperador desproporcionado às exigências de seu povo, porque todo o sistema que encarnava se fundou nesta mentira tão quimérica quanto absurda: a capacidade do povo brasileiro para seguir correntes de opinião.

D. Pedro II ignorou a realidade popular. Acreditava governar bem porque regia o Brasil tal como pudera haver governado na Inglaterra. Desconhecia por completo as diferenças sociais, a incultura das massas, o desequilíbrio econômico, a inexistência de partidos organizados. Era o imperador com mentalidade de presidente da república norte-americana ou francesa.

Por isso, aos seus olhos cegos pela estrangeirização e a cultura de pacotilha erudita, aquela que Euclides da Cunha definiu "a bela meia ciência, tôda ornada de excertos hebraicos e das estrelas da astronomia doméstica de Flam-

(5) Rio de Janeiro, José Olympio, 1957, páginas 55-60.

marion" (6), a única salvação estava na liberdade à estrangeira. Não a criação de escolas, nem a educação popular, nem subir o nível de vida, nem a instauração da disciplina no trabalho, nem sequer a introdução de técnicas industriais; mas a liberdade, panacéia universal, unguento milagroso. Numa sociedade que renunciava à fé cristã por amor à modernidade científica, êste imperador patriarcal de longas barbas, com seu corte de pai de família de lar burguês da classe média, sobrepunha ao dogma de Cristo o estranhamente francês e revolucionário culto à deusa Liberdade.

Não via outro mal senão a falta de liberdade nas eleições, sem que as demais falhas sociais tivessem qualquer significado aos seus olhos de míope europeizante. "As eleições" — dizia — "como se fazem no Brasil, são a origem de todos os nossos males" (7). Anotando a 25 de março de 1876: "A nossa principal necessidade política é a liberdade de eleição; sem esta e a de imprensa, não há sistema constitucional na realidade, e o ministério que transige ou consente na transgressão dêste princípio é o maior inimigo do Estado e da monarquia" (8).

Pelo que o Império, sob a capa dourada da mediania política daquele monarca, por casualidade reinante no Brasil, foi uma idade de dourados falsos, um autêntico fracasso político, o aparato formalista de um engano cimentado na mentira de que o povo brasileiro necessitava ou era capaz de viver efetivamente uma democracia ao estilo anglo-saxônio. Ninguém tanto como Pedro II merece a justificada censura de Oliveira Vianna em seu estupendo livro *O idealismo da constituição*: "No trabalho de construção do nosso aparelhamento político, temos seguido um processo inteiramente oposto ao dos grandes povos da antiguidade, como o romano ou o grego, ou dos grandes povos modernos, como o inglês, o norte-americano, o alemão. Entre nós, não é no povo, na sua estrutura, na sua economia íntima, nas condições particulares da sua psiqué, que os organizadores brasileiros, os elaboradores dos nossos códigos políticos vão buscar os materiais para as

(6) EUCLYDES DA CUNHA, *Contrastes e confrontos*, Porto, Lello e Irmão, 1941, pág. 165.

(7) Apud JOÃO CAMILLO DE OLIVEIRA TORRES, *A democracia coroada*, pág. 535.

(8) Apud J. C. DE OLIVEIRA TORRES, *A democracia coroada*, pág. 533.

suas formosas e soberbas construções; é fora de nós, é nas jurisprudências estranhas, é em estranhos princípios, é nos modelos estranhos, é nos exemplos estranhos, é em estranhos sistemas que eles se abeberam e inspiram. Parece até que é somente sobre estes paradigmas forasteiros que a sua inteligência sabe trabalhar com perfeição" (9).

Foi o destino do Império brasileiro o mesmo das monarquias liberais em todos os nossos povos: o primeiro passo para a revolução, o caminho de infecção do vírus europeizante. Pedro II caiu como caíram Isabel II e Afonso XIII em Castela, como caiu Manoel II em Portugal: despedidos pela revolução quando deixaram de ser necessários seus serviços de encobridores da mercadoria revolucionária e esta se achava em condições de despregar ao vento suas bandeiras sem adereços de mistério.

Pedro II ignorava a verdadeira estrutura tradicional do Brasil: a da caudilhagem miúda, a dos coronelismos, a dos capitães mores, com tanto tino analisada por Vitor Nunes Leal em seu livro *Coronelismo, enxada e voto* (10) e por Costa Pôrto em sua profunda indagação acerca de *Pinheiro Machado e seu tempo. Tentativa de interpretação* (11). Nada sabia do vigamento social que desde os dias coloniais entrelaçava os homens por conexões humanas que nada têm que ver com os ideários políticos. Na sua torre de marfim de leituras francesas e inglesas, correspondendo-se com Gobineau, fora do verdadeiro mundo brasileiro, não espreitou além das páginas dos tratadistas políticos estrangeiros. Tendo perto de si fisicamente o Brasil, olhou-o através da côr do vidro de suas viciadas leituras; e assim seus intentos para criar artificialmente a alternativa dos partidos segundo o famoso sorites de Nabuco eram tentativas no vácuo, porque sobre o vácuo edificava aquêle seu império provisório nutrido de douradas medianias transitórias.

A ingenuidade de D. Pedro II, crendo de pés juntos na panacéia benéfica da liberdade abstrata, sem procurar um sistema de liberdades concretas dentro da Tradição portuguesa onde estava a verdade social do Brasil, era a de Raimundo de Farias Brito crendo de pés juntos que na política

(9) São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1939, segunda edição, pág. 7.

(10) Rio de Janeiro, 1948.

(11) Rio de Janeiro, José Olympio, 1951.

era possível remediar os agravos na máquina da administração. Os homens do Império queriam sacudir a carga herdada do Portugal materno e assim Aureliano Cândido Tavares Bastos, o primeiro campeão abolicionista, predizia no futuro brasileiro a realidade de uma "raça anti-portuguesa" para remédio dos males pela renegação da história lusitana⁽¹²⁾. Na liberdade e na europeização política punham todos, de D. Pedro II para baixo, o remédio das injustiças e dos males do país. Do mesmo modo Raimundo de Farias Brito via na política o remédio para as injustiças e os males pátrios.

Por isso o fracasso político de Farias Brito equivale ao fracasso político do Império. Demonstrava-se a ineficácia das fórmulas políticas para ordenar a sociedade brasileira.

4. *A desilusão filosófica.*

Desiludido da administração e desiludido da possibilidade de reformá-la com armas políticas, Raimundo de Farias Brito voltou os olhos para a especulação filosófica, derradeira alça de suas esperanças. Desde 1892 vê nos livros o último refúgio de seus sonhos. Estuda com tenacidade de campônio cearense, escreve, discute consigo mesmo, medita, medita sem sossêgo em busca de um sistema que console suas repetidas amarguras.

Uma série de livros ornou este esforço admirável, num pelejar constante contra as incitações das idéias, num incessante esmiuçar crítico dos mais variados sistemas que enche os últimos cinco lustros da sua lívida existência. Num livro meu, editado em português sob o título *As doutrinas políticas de Farias Brito*⁽¹³⁾, segundo a excelente tradução de Arlindo Veiga dos Santos, e em castelhano *Las doctrinas políticas de Raimundo de Farias Brito*⁽¹⁴⁾, quis traçar a linha de seus agitados passos intelectuais, sem ocultar que o caminho se aproximava com rigor iniludível das tendas do catolicismo, nem tampouco dissimular os obstáculos que o seu desconhecimento de Santo Tomás supunha para aquela marcha de modesto gigante do pensamento, sempre leal à

(12) Apud CARLOS PONTES, *Tavares Bastos*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1939, pág. 242.

(13) São Paulo, Leia, 1952.

(14) Sevilla, Escuela de Estudios Hispano-americanos, 1953.

paixão pela verdade e sempre leal ao giro das revisões intelectuais. Cabendo-me a honra de a Senhora Margarida Maria de Farias Brito e Castro, filha do magno pensador brasileiro, ter reputado minha interpretação como a mais acertada da trajetória vital de seu insigüe pai ⁽¹⁵⁾.

Era refugiar-se no pensamento buscando alívio para os outros desenganos. Desde 1892 Raimundo de Farias Brito nada quer saber da política. Poderá cair Nogueira Accioli e subir ao governo do Ceará o coronel Marcos Franco Rabello, — naquele mesmo Ceará onde êle agitara suas ilusões de deputado, — assegurando as falsificadas eleições de 11 de janeiro de 1912, com a vitória dêste último, o triunfo do salvadorismo militarista, depois de um quarto de século de hegemonia dos Accioli. Poderão reagir os acciolistas, proclamando Floro Bartolomeu governador, na assembléia de Joazeiro. Poderá cair a velha oligarquia, ou recuperar fôrças ao sôpro de Pinheiro Machado na mais radical das mudanças do Nordeste. Tudo dará no mesmo. Farias Brito estava tão desiludido da política que nem por um instante pensou em voltar a desposá-la como sonho, encerrado no cárcere voluntário de seus livros de filosofia.

Poderá fazê-lo Sílvio Romero, com sua ineptidão para o filosofar, mas capaz de passar a vida tôda lutando por sentar-se na Câmara federal, segundo asseguram seus biógrafos ⁽¹⁶⁾; porque Sílvio Romero era tão superficial que enterrara a metafísica desde os anos de imberbe estudante nas aulas de Recife. Porém, não será possível num pensador de lei, profundo, sério, estudioso e enamorado da verdade como o foi Raimundo de Farias Brito.

Refugiar-se na filosofia foi a correspondente caminhada do Brasil quando em 1889 aboliu o Império, desenganado das fórmulas verbais do liberalismo vazio, para instaurar a República em nome da ordem inscrita na filosofia de Augusto Comte. O positivismo deu origem à "questão militar" mercê de Benjamim Constant, motivando que um punhado de oficiais descontentes com o Império proclamasse a República na manhã de 15 de novembro de 1889, capitaneados pelo marechal

(15) Em carta publicada na *Revista Brasileira de Filosofia*, II, 1952, páginas 760-761.

(16) Por exemplo SYLVIO RABELLO, *Itinerário de Sylvio Romero*, Rio de Janeiro, 1944, pág. 133.

Manoel Deodoro da Fonseca⁽¹⁷⁾; e o positivismo foi a fé científica sobreposta à fé católica da Tradição portuguesa e à Fé liberal do tempo do Império. “Ordem e progresso” na bandeira, o globo como sinal da universidade da religião científica comteana, constituições como a presenteada ao Rio Grande do Sul por Julio de Castilhos, apostolado e igreja de cunho republicanos, acusam um estilo em que o nôvo regime se funde com a filosofia importada da França. O Brasil recorria à especulação de Comte, orgânica e científica, desiludido das vacuidades em que se diluía a fé liberal do Império, do mesmo modo por que Farias Brito recorria à filosofia desiludido das possibilidades de reformar com a política a ordenação humana de sua pátria.

5. *A lição do fracasso.*

Raimundo de Farias Brito morreu na convicção cálidamente dorida do fracasso. Em fins de 1915 escreveu a Jackson de Figueiredo uma carta que é seu amargo testamento de estudioso⁽¹⁸⁾, na qual faz constar a solidão da sua derrota humana em termos patéticos, mostrando como os seus afãs de pensador não eram mais do que o último meio que lhe restava para pelejar pela causa da verdade, visto terem sido inúteis os esforços por êle dispendidos na administração e na política. “O que eu ambicionava — confessa — era coesão e solidariedade, cooperação para a vitória na luta em que imaginava empenhar-me, luta pela verdade, luta pela justiça, luta pelo aperfeiçoamento moral, eterno combate que sempre se me afigurou como o objetivo essencial e o destino próprio do espírito humano. Com êste objetivo foi que não cheguei a perceber ninguém que viesse a meu encontro: o que tem naturalmente sua explicação neste fato — que claramente se fazia visível a todos — que eram vãos os meus esforços e que eu me iludia, em absoluto, quanto à significação e ao valor de minhas idéias”⁽¹⁹⁾.

(17) Dados concludentes em J. C. DE OLIVEIRA TORRES, *O positivismo no Brasil*, Petrópolis, Editora Vozes, 1943, páginas 95-101.

(18) Publicada em *O Paiz* de 12 de novembro de 1915 e transcrita às páginas 209-226 do livro *Algumas reflexões sobre a philosophia de Farias Brito (Profissão de fé espiritualista)*, Rio de Janeiro, Revista dos Tribunais, 1916.

(19) Em *Algumas reflexões*, pág. 215.

É que o fracasso humano de Farias Brito corria parrelha com o fracasso nacional: nem a administração pública, nem a política, nem a sua filosofia bastavam para ordenar a trama da sociedade brasileira. Não chegando a completar o ciclo do seu caminhar ideológico, este seu fracasso é o choque das duas forças que lutam em seu peito: as ideologias estranhas, em política ou em filosofia, contra seu radical temperamento de cearense, bronco e rude, rijo e sólido, robusto com vigôres espirituais de granito de honradez mental.

Naqueles dias o punhal de Francisco Manso de Paiva Coimbra cortava a vida do general Pinheiro Machado no sa-guão do "Hotel dos Estrangeiros" do Rio num gesto que supunha o magno fracasso do positivismo porque era a rebeldia anárquica da massa inconsciente contra quem tinha conseguido a qualquer preço manter certa estrutura da sociedade brasileira segundo as realidades efetivas de cada dia, em contraste com as fantasias dos liberais do Império, de seus eloquentes herdeiros vazios, como Rui Barbosa e os militares positivistas da República, os quais se limitaram a substituir com sua fórmula comtista a fórmula liberal sempre estrangeira, numa síntese pinheirista a preludiar a fórmula da caudilhagem liberal preconizada por Sérgio Buarque de Holanda em seu *Raízes do Brasil* (20).

Ao cabo de um século de existência independente a amargura de Farias Brito e o ódio à efetiva força do gaúcho maneiroso confessavam juntamente o fracasso das ideologias estranhas à gente brasileira. A rota humana do filósofo na tríplice renúncia de seus sonhos sucessivos era a rota histórica do Brasil. O desengano na administração justa das leis era a dor de serem tidos por colônia portuguesa; a renúncia à capacidade da política para transformar o estilo pátrio era a quebra das ôcas ladainhas sonoras do liberalismo do Império; a pena da soledade na ineficácia da especulação filosófica corria paralela com a incapacidade dos comtistas metade soldados metade filósofos.

O pardo sabiá, solitário e bom, humilde e genial, apaixonado em férvidas agitações especulativas, era o símbolo individual da marcha política do Brasil. Sua lição humana dava em síntese a lição total da história moderna de seu povo. Rai-

(20) Rio de Janeiro, José Olympio, 1948, pág. 269.

mundo de Farias Brito, pensador isolado, era símbolo claro das marchas e contra-marchas do pensamento político brasileiro.

Nesta hora de meditações do centenário do filósofo, a mais substanciosa será a de perguntar se a linha trilhada por Farias Brito não será também a que um dia o Brasil há de seguir, para superar tantos fracassos: o reencontro com a própria essência viva mediante o repúdio de tantas fórmulas malogradas por posições. Ou seja, o retorno à autêntica Tradição social brasileira, ignorada pelo Império e ignorada pela República.